

Revisão bibliográfica sobre Dificuldades no Acesso a Serviços Médicos no Brasil (2020-2025)

VAZ, F. A. V. B; ANDRADE, M. P; ANDRADE, H. R. R; LAIA, E. F;

ODS3 - Dimensões Sociais

Ensino

Introdução

O direito universal à saúde, previsto na Constituição Federal e assegurado pelo Sistema Único de Saúde (SUS), representa um marco fundamental para a cidadania no Brasil. No entanto, na prática, persistem desafios significativos que limitam a equidade no acesso aos serviços de saúde, sobretudo entre populações vulneráveis e em regiões afastadas. A compreensão dessas barreiras é essencial para orientar políticas públicas e estratégias de fortalecimento do sistema, garantindo que a promessa de universalidade se torne realidade para todos os brasileiros.

Objetivos

O objetivo desta pesquisa é reunir e analisar artigos que discutem as principais dificuldades enfrentadas pelos brasileiros no acesso aos serviços de saúde, buscando compreender os fatores que limitam a efetividade do Sistema Único de Saúde (SUS) e identificar os desafios mais recorrentes que impactam diretamente a qualidade e a universalidade da assistência oferecida à população.

Metodologia

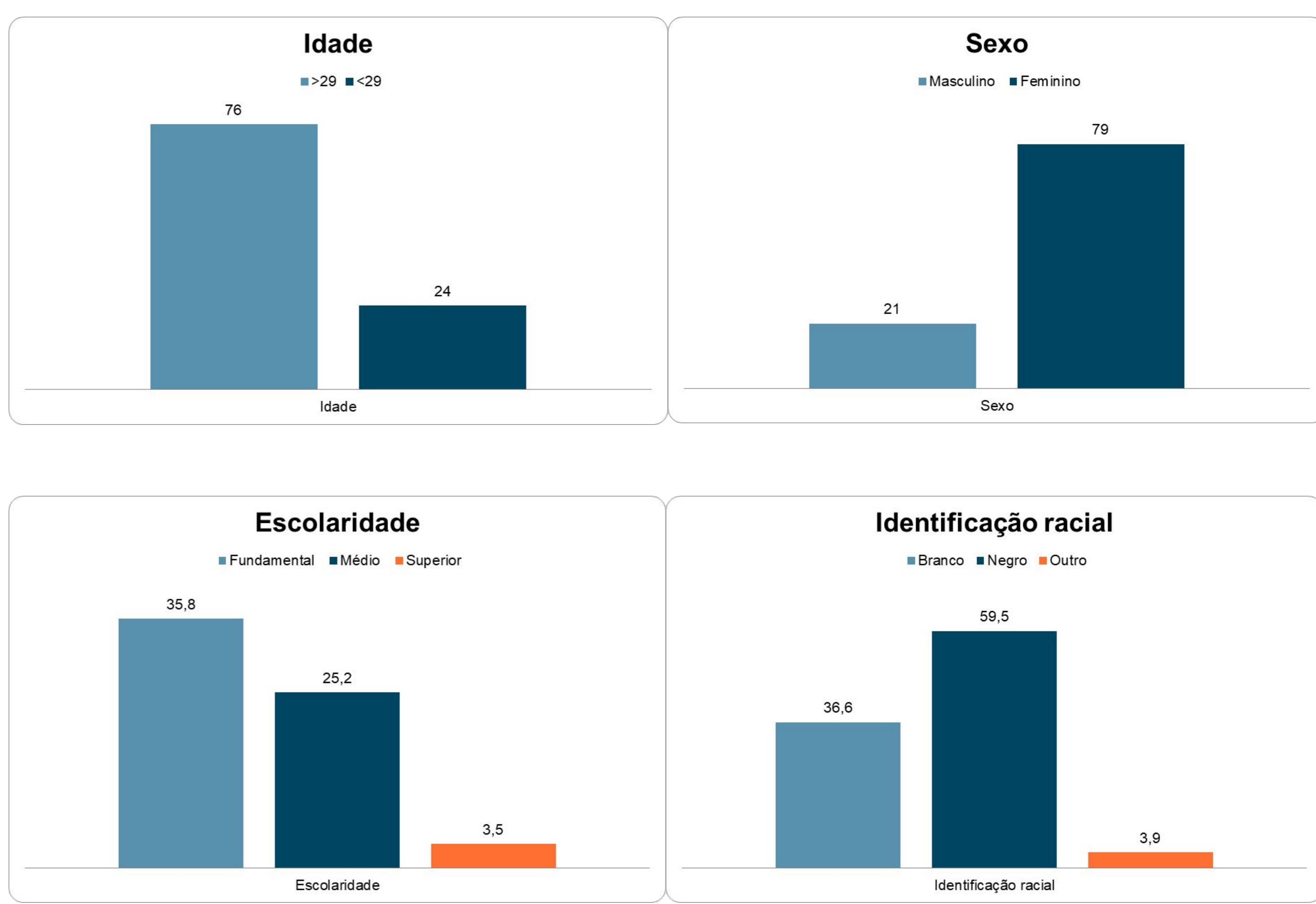
Utilizou-se a metodologia PRISMA para sistematização da busca e seleção dos dados. A metodologia consistiu na busca de palavras-chave na plataforma SciELO BRASIL (entre 2020 e 2025) identificando e removendo os estudos que não se enquadram no nosso escopo de estudo. Os dados extraídos foram organizados e analisados. Ao final, encontrou-se um total de seis (6) trabalhos relacionados ao nosso objetivo de pesquisa.

Resultados

Dados da Pesquisa Nacional de Saúde de 2019 indicam que cerca de 18% dos brasileiros acima de 19 anos não conseguiram atendimento quando necessário, sendo os mais afetados os moradores das regiões Norte e Nordeste, pessoas negras, mulheres, populações com baixa escolaridade e residentes de áreas rurais. Em regiões remotas da Amazônia, como o oeste do Pará, o acesso à Atenção Primária à Saúde (APS) é limitado pela distância física, escassez de profissionais e infraestrutura precária. A pandemia de COVID-19 agravou ainda mais essa situação, especialmente entre mulheres negras de baixa renda, que foram desproporcionalmente impedidas de acessar serviços básicos durante o período mais crítico da crise sanitária. No que diz respeito à satisfação dos usuários com a APS, os estudos apontam que o acesso é mais efetivo quando há boa escuta, agilidade no atendimento, continuidade do cuidado e resolutividade no primeiro contato, fatores ainda ausentes em muitas localidades. Além disso, na atenção ambulatorial especializada, as longas listas de espera para consultas, exames e cirurgias tornam-se obstáculos críticos.

Tais filas, quando não geridas de forma transparente, levam à judicialização da saúde por parte de pacientes que não encontram alternativa. Iniciativas recentes como a Política Nacional de Atenção Especializada propõem mecanismos de controle das listas, com critérios de prioridade e monitoramento constante.

Perfil da população avaliada nos estudos



Conclusões

O sistema de saúde brasileiro ainda não garante equidade no acesso. Os principais problemas são a falta de profissionais, infraestrutura precária, burocracia e ausência de políticas para populações marginalizadas. A superação exige fortalecer a Atenção Primária à Saúde, investir em acolhimento, equipes e gestão eficiente da atenção especializada. Garantir o direito à saúde depende de escuta ativa, presença do Estado e uso adequado dos recursos públicos. O acesso pleno e igualitário permanece como desafio e prioridade ética e política.

Bibliografia

MOHER, D. et al. Preferred reporting items for systematic reviews and meta-analyses: the PRISMA statement. *Plos Medicine*, v. 6, n. 7, p. 1-6, 2009.